



**República de Moçambique**  
**Presidência da República**

**“Ministério do Interior: Determinado na Prevenção e Combate ao Terrorismo, Crime Organizado e Corrupção”**

**Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasão da Abertura do Trigésimo Primeiro (XXXI) Conselho Coordenador do Ministério do Interior.**

**Maputo, 16 de Fevereiro de 2021**

**Senhora Ministra do Interior;**

**Senhor Ministro da Defesa Nacional;**

**Senhor Director-Geral do SISE;**

**Senhor Comandante-Geral da Polícia da República de Moçambique;**

**Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;**

**Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;**

**Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;**

**Senhores Antigos Ministros do Interior e Comandantes Gerais da Polícia da República de Moçambique;**

**Senhores Membros do Conselho Coordenador;**

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Cumprimentamos, em primeiro lugar, todos os quadros do Ministério do Interior, das suas instituições subordinadas, tuteladas e integradas aqui presentes, incluindo os antigos dirigentes da instituição e do Comando Geral da Polícia que, mais uma vez, prestigiam este evento.

Igualmente, reconhecemos o desempenho das diferentes e sucessivas lideranças do Ministério do Interior aqui presentes, que deram a sua contribuição, em contextos diferentes que o país atravessou.

Estes quadros sempre souberam interpretar e concretizar a visão de uma instituição de soberania que garante a ordem, tranquilidade e segurança públicas em todo o território nacional.

Por isso, através de vocês, que conjugam em uníssono o passado, o presente e futuro desta instituição e, por vosso intermédio, estendo a nossa saudação a todos os guardas, sargentos, oficiais e trabalhadores do corpo administrativo que, no cumprimento dos desígnios e

supremos interesses do Estado Moçambicano, se encontram em toda a nossa extensão territorial, a honrar o seu dever de proteger o cidadão.

Refiro-me, em particular, aos que diariamente planificam, coordenam, dirigem e executam actividades nas áreas da **ordem, segurança e tranquilidade públicas**; aos que cuidam da **identificação dos cidadãos nacionais e estrangeiros**; aos que procedem ao **controlo migratório** e prestam **apoio e assistência aos refugiados e requerentes de asilo**; aos que se dedicam à prevenção de riscos e **combate aos incêndios** e aqueles que garantem o **socorro e salvamento de pessoas**, em casos de acidentes e calamidades.

**Caras e Caros Membros do Conselho Coordenador do Ministério do Interior;**

**Digníssimos Convidados!**

O lema escolhido para este Conselho Coordenador “**Ministério do Interior: Determinado na Prevenção e Combate ao Terrorismo, Crime Organizado e Corrupção**” representa a visão presente dos Moçambicanos.

É um lema actual, que se reveste de extrema importância num momento em que o país, apesar dos sucessos que se verificam nos últimos meses, ainda se debate com a ameaça do terrorismo, em partes da província de Cabo Delgado.

Dada a sua pertinência, há dias, abordámos o mesmo assunto durante a cerimónia de abertura do Ano Judicial tendo, na altura, partilhado a nossa visão com os órgãos de administração da justiça, em particular e com a sociedade, em geral.

A presente relação simbiótica entre o Ministério do Interior e o judiciário exige uma abordagem holística dos desafios impostos por estes fenómenos e recomendamos a visitar o referido documento.

A situação das zonas afectadas pelo terrorismo na província de Cabo Delgado, impõe a necessidade de adopção de medidas de reforço da segurança pública, da identificação dos cidadãos e do controlo migratório.

Queremos ver incrementados os níveis de segurança das populações que estão a retornar às zonas libertadas do terrorismo.

Nesse sentido e tal como exigido aos demais actores, importa ao Ministério do Interior a responsabilidade de readaptar os seus métodos de acção, rever as suas prioridades e reposicionar-se com novas e mais eficazes abordagens. A cada dia que passa e perante as ameaças que pontificam, mostra-se necessário uma preparação mais assertiva para lidar com os fenómenos globais.

Urge, pois, capacitar continuamente os membros das nossas equipas para lidar com as novas manifestações criminais associadas à migração, ao terrorismo, aos raptos, ao branqueamento de capitais e à corrupção. Cada um destes crimes representa uma faceta por vós bem conhecida da criminalidade organizada transnacional.

Para o caso específico de sequestros e raptos, orientamos para que saiam desta reunião com decisões concretas sobre como combater, sem tréguas, este mal que fragiliza a vossa acção como guardiões da segurança dos moçambicanos e de todos os que, em Moçambique, residem.

### **Caros Membros das Forças de Defesa e Segurança!**

Não há desenvolvimento sem segurança efectiva. Continuemos com o nosso exercício de profissionalizar e equipar a Polícia da República de Moçambique para melhor servir e proteger a nossa sociedade, a nossa economia, os interesses e o território nacional e esta é tarefa do governo tecnicamente aconselhado por este corpo.

A profissionalização e a formação contínua constituem a principal condição para podermos lidar com a multiplicidade e permutação das ameaças que diariamente enfrentamos.

A par da formação verifica-se pertinente o apuramento dos critérios de selecção dos candidatos para todos os ramos da Polícia, nas áreas de Investigação Criminal, Migração, Identificação Civil e de Salvação Pública.

Devemos, sempre que tal se mostre necessário, ir buscar onde for necessário recursos humanos com melhor perfil e jovens com valores patrióticos comprovados para reforçar a instituição.

A Polícia não pode ser a casa de quem não consegue emprego, deve ser o espaço de quem melhor pode garantir a lei e manter a ordem. Deve ser a casa de quem ama o seu povo, de quem ama Moçambique.

O mau cidadão não pode combater a corrupção e nem pode respeitar a honra e a dignidade do ser humano, do seu concidadão.

Devemos, por isso, a nível de todas as Forças de Defesa e Segurança, introduzir um perfil rigoroso de entrada e divulgar criteriosamente esse perfil para que a sociedade se possa apropriar dele e dar a sua contribuição.

Os critérios de selecção devem ser discutidos entre as Forças de Defesa e Segurança para uniformizar e padronizar os perfis ideais dos membros a serem integrados nesta área, pois, muitos deles, em diferentes etapas voltam a cumprir novas missões no seio das Forças de Defesa e Segurança.

O Povo Moçambicano exige excelência, qualidade e padrões altos nas Forças de Defesa e Segurança. Não permitam infiltração de indivíduos com objectivos dúbios, contrários aos nossos princípios de Estado, que subvertem os nossos padrões e prejudicam gravemente a segurança na nossa sociedade.

A situação combativa que o país hoje vive, em função da realidade económica, deve chamar a atenção para um maior controle, poupança, racionalidade e alto sentido de prestação de contas para que a justificação de gastos excessivos não seja imputada a todo o custo às acções de combate ao terrorismo.

Os meios em vosso poder devem ser empenhados, quando necessário, no momento certo e não simplesmente porque existem.

### **Estimados Oficiais da Segurança Interna!**

Ao longo dos anos, os desafios à segurança interna foram sendo respondidos com alguma timidez. É momento de repensarmos a estrutura, conceito e doutrina da segurança interna, capaz de impor a robustez do sector.

Devemos ser mais ousados nas medidas, mais eficientes nas respostas e, acima de tudo, mais proactivos e coordenados nas acções. Como Estado, não devemos procurar apenas reagir, devemos-nos antecipar às ameaças e determinar o rumo dos acontecimentos.

Situações críticas como as que vivemos hoje devem agregar valor à nossa experiência, como entidade focada à segurança interna. Devemos prover cada vez mais e melhor segurança aos nossos concidadãos e aos que escolhem o nosso país para viver. A nossa resposta deve transmitir uma mensagem clara aos agentes do crime, para merecermos respeito.

Este é o repto que lanço ao Ministério do Interior. O mesmo desafio é colocado a todas Forças de Defesa e Segurança. Reflictam, conjunta e sectorialmente, sobre o futuro que queremos em termos de eficiência, eficácia e proactividade na defesa da soberania.

Tenham igualmente em conta que o país está na rota do desenvolvimento mundial e, por conta disso, na lista dos alvos preferenciais de organizações criminosas internacionais. Por isso, as forças contra usam todas as formas para vos dividir, procuram a todo o custo, desacreditar-vos através de diferentes campanhas para vos fragilizar.

Não percam o foco, nem a determinação perante os ataques não armados de que têm sido vítimas.

O modo de actuação do terrorismo em Moçambique, da imigração ilegal, dos raptos, do tráfico de drogas e de órgãos humanos, a sinistralidade rodoviária, bem como dos demais eventos criminosos deve fornecer os elementos necessários que nos permitam um estudo profundo e orientado para elevarmos o nosso nível de resposta. Temos de aprimorar a nossa capacidade institucional de prever, monitorar, antecipar e eliminar estes males.

Durante os debates que terão nos próximos dias, tenham como meta a elaboração de um percurso de acções que materializem, a curto e longo prazos, uma estratégia para alcançar os objectivos da ordem, segurança e tranquilidade públicas, rumo ao desenvolvimento sustentável e inclusivo do nosso país. O vosso roteiro deve prever a avaliação regular para garantir o seu cumprimento.

Concentrem as vossas atenções na elaboração de um plano estratégico consentâneo com os desafios actuais e que, em simultâneo, responda aos desafios já identificados pelas outras instituições dos Sectores da Defesa e Segurança e da Administração da Justiça.

**Estimados Quadros do Ministério do Interior!**

A vossa missão é nobre e deve honrar a cada um dos seus servidores.

Queremos atrair a vossa atenção para alguns princípios que devem observar na prestação do serviço público, por entendermos que são os que o nosso povo mais clama da vossa acção colectiva.

- (i) A apetência pelo enriquecimento ilícito e a corrupção têm o mesmo valor que os outros crimes que desestabilizam os Estados e os tornam vulneráveis face ao crime organizado. É nosso desejo que os funcionários e agentes do Ministério do Interior sirvam de exemplo no distanciamento total dessas práticas na instituição. Não queremos ouvir que a Polícia da República de Moçambique foi citada em estudos e inquéritos, como a instituição mais corrupta.
- (ii) A **aproximação dos vossos serviços ao cidadão**, por forma a que estejam ao dispor, a partir da unidade territorial mais periférica, vai permitir uma articulação e interacção directa entre o Ministério do Interior e o cidadão. Vai, igualmente, permitir a auscultação e a canalização directa de petições, queixas, reclamações ou sugestões dos cidadãos. A promoção da participação e defesa dos interesses dos cidadãos, na formação das decisões que lhes dizem respeito é também um dos princípios que devem ter em conta. Por isso, é fundamental a **ligação Polícia-Comunidade**, como forma de o Povo denunciar as irregularidades, mas, acima de tudo, ser consultado ou ter audiência pública com os funcionários e agentes do Ministério do Interior, das instituições subordinadas, tuteladas e integradas. Devem, de forma proactiva e não reactiva, estabelecer formas de interacção e articulação com o cidadão e a sociedade civil.
- (iii) A **modernização, eficiência e eficácia** constitui um outro eixo a que devem ter em conta. Os avanços da ciência e tecnologia, as evoluções económica, social e cultural do país devem encontrar na vossa instituição um serviço preparado face ao mundo moderno. A modernização dos serviços deve ser pensada e concebida tendo como objectivo último a satisfação do interesse geral de bem servir ao cidadão, o destinatário da nossa prestação. No âmbito individual, tenham em mente que são sujeitos com **responsabilidade** pessoal, ou seja, respondem criminal, civil, disciplinar e financeiramente pelos actos e omissões ilegais que forem a praticar no exercício das vossas funções.

(iv) É central agirem com base na **ética e na boa fé**, relacionando-se com o nosso Povo dentro da legalidade, obedecendo à lei e ao direito, mas também de acordo com os valores e regras de integridade, lealdade e honestidade.

### **Senhores Membros do Conselho Coordenador do Ministério do Interior!**

Acompanhámos recentemente e com satisfação, a elaboração de instrumentos legais do SENSAP em curso, os quais esperamos que sejam acompanhados por uma organização interna que permita alavancar o sector no cumprimento da sua missão.

Com este ganho, queremos assistir à galvanização das actividades deste Serviço, devendo para tal, agir proactivamente e com visibilidade digna de um Corpo de Salvação Pública. Igualmente, a Identificação Civil aprovou um instrumento que visa aumentar o nível de segurança do Bilhete de Identidade, o qual congratulamos.

Esta acção deve ser acompanhada pela qualificação do pessoal, pela sensibilidade do trabalho que tem implicações sérias em matérias de segurança, sobretudo com o recrudescimento do crime transnacional.

Quanto à assistência aos Refugiados, esperamos deste mais notabilidade e controle para que, na procura de acolhimento àqueles que acorrem ao nosso país à busca de refúgio, não abriguemos criminosos.

Do Sector, esperamos um serviço de qualidade e eficiência aliado a um atendimento humanizado e célere. Isso só será alcançado com organização, dinamismo e criatividade.

### **Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

São muitos os aspectos a considerar no processo de revitalização da nossa segurança interna. Nós acreditamos na vossa direcção que foi refrescada, por isso, estamos convictos de que, nestes dias de reflexão, irão discutir e debater exaustivamente a realidade actual e perspectivar melhores padrões para o vosso sector.



O vosso objectivo principal é: servir e proteger os moçambicanos e todos os que vivem em Moçambique, defender a pátria e assegurar a paz social e, com isso, impulsionar o desenvolvimento económico. Portanto, uma missão clara.

Rogamos para que tenham sucessos nas vossas deliberações, na certeza de que o interesse nacional irá sempre prevalecer e daqui sairão recomendações com impacto ao nível interno, mas com a missão central de bem servir ao cidadão.

É chegado o momento de blindar a segurança interna do país, para tal é necessário purificar as fileiras.

Queremos desejar-vos bom trabalho e que saiam deste Conselho Coordenador mais motivados, mais coesos para fazer face aos males que perigam a nossa segurança interna, como uma única equipa.

Com esta carta de recomendações, **temos a honra de declarar, oficialmente, aberto o Trigésimo Primeiro Conselho Coordenador do Ministério do Interior.**

**Muito obrigado pela atenção dispensada!**